

Autorização concedida a Biblioteca Central da Universidade de Brasília pelo Professor Remi Castioni, em 1º de junho de 2021, para disponibilizar a obra, gratuitamente, para fins acadêmicos e não comerciais (leitura, impressão e/ou download) a partir desta data.

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis.

Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

REFERÊNCIA

CASTIONI, Remi; ROCHA, João Augusto de Lima. Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo: muito antes de Monteiro Lobato. In: COLÓQUIO DE PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES, 9., 2013, São Paulo. São Paulo: UNINOVE, 2013.

IX Colóquio de Pesquisa Sobre Instituições Escolares
HISTÓRIA E ATUALIDADE DO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA
EDUCAÇÃO NOVA

Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo – muito antes de Monteiro Lobato

CASTIONI, Remi. Doutor. Universidade de Brasília. E-mail:

kotipora@gmail.com

ROCHA, João Augusto de Lima. Doutor. Universidade Federal da Bahia. E-mail:

jrjoaroch@gmail.com

Consta que o conhecimento entre o educador baiano Anísio Teixeira (1900-1971) e o educador paulista Fernando de Azevedo (1894-1974), deu-se através de um bilhete do escritor Monteiro Lobato, em 1931, encaminhando ao segundo e levado pessoalmente pelo primeiro, então há pouco chegado da pós-graduação realizada no *Masters College* da Columbia University, em Nova York. Dizia o bilhete:

“Fernando. Ao receberes esta, pára! Bota pra fora qualquer senador que te esteja aporrinhando. Solta o pessoal da sala e atende o apresentado pois ele é o nosso grande Anísio Teixeira, a inteligência mais brilhante e o maior coração que já encontrei nestes últimos anos de minha vida. O Anísio viu, sentiu e compreendeu a América e aí te dirá o que realmente significa esse fenômeno novo no mundo. Ouve-o, adora-o como todos que o conhecemos, o adoramos e torna-te amigo dele como eu me tornei, como nos tornamos eu e você. Bem sabes que há uma certa irmandade no mundo que é desses irmãos, quando se encontram, reconhecerem-se. Adeus. Estou escrevendo a galope, a bordo do navio que vai levando uma grande coisa para o Brasil: o Anísio lapidado pela América. (Lobato, p.69).”

Anísio, até 1927, era um católico radical, que ouvia missa e comungava diariamente, até a ida aos EUA, onde se tornou estreito amigo de Monteiro Lobato, cuja influência, certamente, foi marcante no processo que levou o educador a afastar-se da Igreja e talvez tenha sido a amizade mais profunda que o educador teve, durante toda a vida.

Fernando de Azevedo dirigia a educação do Distrito Federal (Rio de Janeiro), cargo em que havia assumido durante a vigência do Governo Washington Luís, a quem era politicamente ligado. Substituiu Antonio Carneiro Leão (1887-1966), que dirigiu a educação do Rio de Janeiro, de 1922 a 1926, já incorporando a esse trabalho elementos renovadores. Com a deposição do presidente da República, em 1930, assumiu Getúlio Vargas o Governo Provisório e nomeou Pedro Ernesto Baptista (1871-1965), prefeito do Distrito Federal. O prefeito não teria pedido o cargo a Fernando, educador de competência reconhecida, por conta da reforma que empreendeu na educação carioca, mas, era evidente que não se encontrava à vontade no posto, diante das circunstâncias políticas daquele momento, que opunha São Paulo, sua terra, aos mentores da Revolução de 1930.

A identificação entre Fernando e Anísio foi imediata, confirmando-se o vaticínio de Monteiro Lobato, que se encontrava no posto de adido cultural, por indicação do governo de Washington Luís, na ocasião em que Anísio fora estudar em Nova York.

Tanto Fernando quanto Anísio frequentaram colégios jesuítas, marcados pela presença da disciplina religiosa e do aprofundamento no conhecimento, particularmente em pedagogia, campo em que os jesuítas se dedicam intensamente, desde a criação da Companhia de Jesus, pelo soldado Inácio de Loyola (1491-1556), no século XVI. Fernando e Anísio já eram educadores empenhados, independentemente, no processo de reconstrução educacional do país, desde o início da década de 1920, antes, portanto, do conhecimento ocasional entre Lobato e Anísio, em Nova York. De fato, Anísio, que alimentava a esperança de se tornar um jesuíta, completou sua formação em Direito, em 1922, no Rio de Janeiro, e entrou para a Educação, aos 23 anos de idade, em 1924, pelas mãos do governador Francisco Marques de Góes Calmon (1874-1932), indicado pelo pai do educador, Dr. Deocleciano Pires Teixeira, chefe político em Caetité, que o indicou para Inspetor Geral do Ensino na Bahia.

Fernando de Azevedo também se empenhou, decisivamente, para a construção da Universidade de São Paulo (USP), inaugurada em 1934, ao tempo em que Anísio organizava a Universidade do Distrito Federal (UDF), inaugurada em 1935, considerada a primeira universidade de pesquisa, em todos os seus setores. A UDF teve vida breve, e foi extinta após a saída de Anísio da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em

dezembro de 1935.

Com o objetivo de conhecer a realidade educacional europeia, Anísio fora comissionado pelo governo baiano para ir à Europa, em 1925, e depois aos EUA, em 1927. Volta aos EUA em 1928, onde passa um ano, até concluir a pós-graduação em Educação, sob a orientação do notável filósofo e educador John Dewey (1859-1952). Anísio tornou-se, daí em diante, o grande seguidor e divulgador das obras de Dewey em nosso país, tendo traduzido ou contratado a tradução de diversas obras do filósofo. O próprio Anísio lançou, em 1932, um livro, tão fundamental para a educação brasileira quanto polêmico, intitulado *Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação* (Teixeira, 1932). Essa obra revela a influência de outro notável educador da Colúmbia University, William Kilpatrick (1871-1965), ligado a Dewey, autor do livro *Educação para uma civilização em mudança*, lançado aqui na década de 1920, que se tornou uma importante referência para todos os educadores que se destacaram como importantes reformadores educacionais, a partir daquela década, em diversos estados brasileiros.

A década de 1920, no Brasil, foi marcada por notável efervescência política e cultural. À Semana de Arte Moderna de 1922 e às diversas movimentações políticas e militares, com destaque para a Coluna Prestes. A isso se somaram as iniciativas, inicialmente isoladas, de um movimento de reconstrução educacional, a cargo de ilustres educadores liberais, notadamente no Distrito Federal e nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Ceará. Com o tempo, esses educadores foram se aglutinando em torno da Associação Brasileira de Educação (ABE), com o objetivo de transformar a arcaica educação nacional, algumas décadas depois da proclamação da República.

A primeira Conferência Brasileira de Educação, organizada pela ABE, entidade criada em 1924, no Rio de Janeiro, ocorreu em 1927. Tal foi o crescimento da influência nacional dessa entidade que, no final de 1931, a IV Conferência, realizada no Rio de Janeiro, contou com a presença de Getúlio Vargas (1882-1954), Chefe do Governo Provisório instalado após a Revolução de 1930, que conclamou os participantes a preparar um plano nacional de educação, com a promessa de que iria colocá-lo em prática, durante o seu governo.

Na V Conferência, que teria a incumbência de aprovar o plano cobrado por Getúlio, predominaram as concepções liberais em educação então mais em voga no mundo, cuja referência principal eram as idéias dos educadores do Teachers College da Columbia University, de New York, principalmente John Dewey e William Kilpatrick.

O que foi muito importante para o surgimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, foram os fatos da presença de Anísio, no Rio de Janeiro, e Fernando de Azevedo, em São Paulo, os dois maiores estados do país, que alimentavam séria divergência política, mas que foi superada, porque o entendimento é que seria um documento amplo, lastreado no compromisso dos signatários de reconstruir a educação brasileira, independentemente da situação política. No entanto, as divergências que não conseguiram ser superadas, no interior da ABE, foram com os educadores católicos, sob a liderança de Alceu de Amoroso Lima. Tal situação levou a que os educadores católicos dela se se afastassem, em virtude de que a linha proposta pela maioria, para o manifesto em preparação, centrava-se na idéia de educação pública, única, obrigatória, gratuita, laica, com coeducação (uma só escola para alunos dos dois sexos).

Foi encarregada a Fernando de Azevedo a redação final do manifesto, cuja característica mais marcante é não ser uma simples manifestação de intelectuais, mas um plano de reconstrução educacional, com orientações práticas bem marcadas. Registra-se um grande número de correspondências trocadas entre Fernando e outros educadores, com a finalidade de aperfeiçoamento do texto, principalmente Anísio Teixeira, cujo estilo pode ser claramente percebido em algumas passagens do documento. De fato, dentre todos os signatários do Manifesto, Anísio, que havia sido orientado por John Dewey, em sua tese no Teachers College, em 1929, era o mais atualizado nos progressos educacionais, dentre todos. Tanto que é o próprio Fernando Azevedo quem reconhece a liderança do educador baiano, em uma carta a ele dirigida (Azevedo, 1932), datada de 14 de março de 1932, na qual afirma:

“Quando falo nesse manifesto, já me esqueço de que fui eu quem o escreveu. Ele é obra impessoal. Havia de ter, como teve, um redator. Mas nele se inscreveram, em corpo de doutrina, ‘idéias e aspirações comuns’, que nos permitem, a mim como a cada um dos outros signatários, falar dele ‘objetivamente’. A bandeira não é de quem a teceu, mas de quem a honra e de quem a conquistou. De todos nós, portanto. A sua mão de chefe foi feita para a empunhadura dessa bandeira: nós estaremos para defendê-la em toda parte em que se realize obra à sua sombra e sob a sua inspiração.”

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, foi lançado, pela via da imprensa, em 19 de março de 1932. Foi subscrito por 26 personalidades de destaque na educação, na cultura e no jornalismo nacional. A presença de jornalistas foi estrategicamente planejada, para que houvesse uma grande repercussão, no momento do lançamento. Isso é citado na mesma carta (Azevedo, 1932), de Fernando a Anísio:

“É preciso que o nosso manifesto tenha a maior repercussão possível. Isto se conseguirá se, ao menos, os principais jornais do Rio (Jornal do Comércio, O Jornal, Jornal do Brasil e Diário de Notícias) e os de S. Paulo, o derem, na íntegra, no mesmo dia. Não é pouco. Mas não é coisa difícil de obter. Se conseguirmos, além disso, que, no mesmo dia 19 (sábado) outros jornais o publiquem no Rio Grande, Paraná, Minas, Bahia e Pernambuco, teremos dado o primeiro grande passo para a sua repercussão. As cópias entregues à imprensa deverão ser cuidadosamente revistas.”

Além de Fernando de Azevedo, encarregado da redação do Manifesto, os demais signatários foram: Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, A. Ferreira de Almeida Jr, Antonio de Sampaio Dória, Attilio Vivacqua, Armanda Alvaro Alberto, Carlos Delgado de Carvalho, Cecília Meireles, Edgar Roquette Pinto, Edgar Sussekind de Mendonça, Francisco Venancio Filho, Garcia de Rezende, Hermes Lima, J. G. Frota Pessoa, J. P. Fontenelle, Júlio de Mesquita Filho, Manuel Lourenço Filho, Mario Casasanta, Nobrega da Cunha, Noemy M. da Silveira, Paschoal Lemme, Paulo Maranhão, Raul Briquet, Raul Gomes e Roldão Lopes de Barros.

A grande repercussão do lançamento deu-se porque o Manifesto expressava, com raro senso de oportunidade, as expectativas do Movimento de 1930, que marcara o início da transição da hegemonia dos setores ligados à agricultura e ao latifúndio, para as elites sustentadas nos setores industriais. Não resta dúvida que a exigência de mão de obra com melhor qualificação, exigida pelo processo de industrialização, iria cobrar uma educação em tudo diferente da que até então vigorava, e esta era a principal novidade que o Manifesto anunciava.

O documento, dirigido ao povo e ao governo, orientava-se para a reconstrução educacional do Brasil e, logo no prólogo, identificava a questão da desconexão entre a educação e a cultura universitária, isto é:

“Esse empirismo grosseiro, que tem presidido ao estudo dos problemas pedagógicos, postos e discutidos numa atmosfera de horizontes estreitos, tem as suas origens na ausência total de uma cultura universitária e na formação meramente literária de nossa cultura. Nunca chegamos a possuir uma ‘cultura própria’, nem mesmo uma ‘cultura geral’ que nos convencesse da ‘existência de um problema sobre objetivos e fins da educação’.”

A posição sobre a Universidade era considerá-la o destino dos ‘melhores’, admitindo que ela se encontra no ápice de todas as instituições educativas, destinada a: “...desenvolver um papel cada vez mais importante na formação das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos, e educadores, de que elas precisam para o estudo e solução de suas questões científicas, morais, intelectuais, políticas e econômicas.”

E, mais adiante:

“... não há sociedade alguma que possa prescindir desse órgão especial (a universidade) e tanto mais perfeitas serão as sociedades quanto mais pesquisada e selecionada for a sua elite, quanto maior for a riqueza e a variedade de homens, de valor cultural substantivo, necessários para enfrentar a variedade dos problemas que põe a complexidade das sociedades modernas. Essa seleção que se deve processar não ‘por diferenciação econômica’, mas ‘pela diferenciação de todas as capacidades’, favorecida pela educação, mediante a ação biológica e funcional, não pode, não diremos completar-se, mas nem sequer realizar-se senão pela obra universitária que, elevando ao máximo o desenvolvimento dos indivíduos dentro de suas aptidões naturais e selecionando os mais capazes, lhes dá bastante força para exercer influência efetiva na sociedade e afetar, dessa forma, a consciência social.”

Trata-se de um documento relativamente avançado, para a época, principalmente porque nasceu de uma dissidência entre os católicos e os não católicos, dentro da ABE, sendo os últimos vitoriosos, o que levou ao afastamento dos primeiros, da entidade.

Por esse motivo, embora houvesse muitos conservadores, dentre os 26 signatários, o texto, organizado por Fernando Azevedo, mas com a visível influência de Anísio Teixeira, firma posição contra a vigente concepção burguesa de escola, embora amenize, ao se referir aos “interesses de classes”. Eis a citação:

“A escola tradicional, instalada para uma concepção burguesa, vinha mantendo o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, resultante da doutrina do individualismo libertário,

que teve aliás o seu papel na formação das democracias e sem cujo assalto não se teriam quebrado os quadros rígidos da vida social. A escola socializada, reconstituída sobre a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classes.”

O ponto alto do Manifesto, entretanto, é a afirmação da ideia de escola única e a opção esclarecida e muito bem fundamentada sobre a exigência de uma escola pública, que seja obrigatória, gratuita, laica, com coeducação, que se inicia com a consideração do serviço educacional como primordialmente público, ao contrário da visão religiosa predominante, que depositava na família a responsabilidade principal no processo de educar.

A escola única, segundo os signatários, encontra respaldo no “direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral”, cabendo ao Estado a garantia dos meios de o “tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com as suas aptidões vitais.”

Chega-se, por esta forma, ao princípio da escola para todos, "escola comum ou única", que, tomado a rigor, só não ficará na contingência de sofrer quaisquer restrições, em países em que as reformas pedagógicas estão intimamente ligadas com a reconstrução fundamental das relações sociais. Em nosso regime político, o Estado não poderá, de certo, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico. Afastada a idéia do monopólio da educação pelo Estado num país, em que o Estado, pela sua situação financeira não está ainda em condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, se torna necessário estimular, sob sua vigilância as instituições privadas idôneas, a "escola

única" se entenderá, entre nós, não como "uma conscrição precoce", arrolando, da escola infantil à universidade, todos os brasileiros, e submetendo-os durante o maior tempo possível a uma formação idêntica, para ramificações posteriores em vista de destinos diversos, mas antes como a escola oficial, única, em que todas as crianças, de 7 a 15, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos.

A escola única enaltecida no Manifesto já era preocupação de Anísio logo que assumiu um cargo público, em 1924, na Inspeção Geral do Ensino da Bahia. Portanto, muito antes de conhecer Fernando de Azevedo e antes da primeira publicação do Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo, a cargo de Azevedo sob encomenda do jornal Estado de São Paulo, em 1926, e publicado posteriormente com o título de A educação na encruzilhada, em 1957. Sob o título: *A propósito da "Escola Única*, Anísio Teixeira, destaca qual deveria ser o modelo de escola para a população e inspirado nas informações que coletara de outros países enfatizava a necessidade de ter uma escola única, que até então separava a escola para o rico e para o pobre. Entretanto, conforme dissemos desde o início, Anísio estava ainda muito permeado pela influência da igreja católica, onde pregava claramente sua preocupação com o fato do Estado passar, a ter primazia sobre a educação em detrimento da família. Aspecto que vai romper somente da sua vivência nos Estados Unidos e de sua relação com Lobato.

A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais (de classes, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação. A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas. A gratuidade extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. Aliás o Estado não pode tornar o ensino obrigatório, sem torná-lo gratuito. A obrigatoriedade que, por falta de escolas, ainda não passou do

papel, nem em relação ao ensino primário, e se deve estender progressivamente até uma idade conciliável com o trabalho produtor, isto é, até aos 18 anos, é mais necessária ainda "na sociedade moderna em que o industrialismo e o desejo de exploração humana sacrificam e violentam a criança e o jovem", cuja educação é freqüentemente impedida ou mutilada pela ignorância dos pais ou responsáveis e pelas contingências econômicas. A escola unificada não permite ainda, entre alunos de um e outro sexo outras separações que não sejam as que aconselham as suas aptidões psicológicas e profissionais, estabelecendo em todas as instituições "a educação em comum" ou coeducação, que, pondo-os no mesmo pé de igualdade e envolvendo todo o processo educacional, torna mais econômica a organização da obra escolar e mais fácil a sua graduação.

Lobato, em seu olhar clínico, penetrante e prospectivo, por vezes profético, não falharia. Fernando de Azevedo, depois de ler a carta e conversar longamente com Anísio afirmou que tudo o que Lobato havia escrito foi um julgamento definitivo. Foi tomando forma e vida. Ganhei o dia, sublinhou Fernando de Azevedo, por ter a fortuna de conhecer de perto a figura admirável que tão profundamente havia impressionado Lobato. Confesso, diz Fernando de Azevedo, haver tido logo o pressentimento do destino de Anísio e do papel que lhe estava reservado na história da educação no país. Quando Anísio se levantou, já éramos amigos concluiu Fernando de Azevedo (Azevedo, 1960, p. 69-70). Uma amizade que cresceria e se fortaleceria em diversas jornadas em defesa dos mesmos ideais de ajudar o Brasil a levantar-se de seu "berço esplêndido" e começar, pela escola, a resgatar uma dívida social histórica.

Em 1960, a Editora Civilização Brasileira publicou um livro sobre Anísio em reconhecimento à sua extraordinária contribuição à educação brasileira. Um dos artigos inseridos na obra é de autoria de Fernando de Azevedo que, após tecer considerações sobre a inteligência e as várias virtudes de Anísio, assim escreveu:

"Mas toda essa inteligência, com sua capacidade crítica e especulativa, e os instrumentos intelectuais que se forjou, ele os pôs inteiramente a serviço da educação. É nesses domínios que sempre atuou, com uma força criadora em movimento e com qualquer coisa de apostólico. Sendo mais um raciocinador, um lógico, um debatedor, mas incapaz de se deixar aprisionar nas malhas de um sistema, cruzou todos os setores da educação, como um despertador de ideias, estimulador do espírito crítico, incentivador de debates, terrível agente de mudanças" (1960, p. 80-81).

Desse percurso subtrai-se que não foi por acaso a parceria estabelecida por Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Deu-se início no Manifesto dos Pioneiros e prosseguiu até os anos de 1960, quando Anísio atendendo a um pedido de Juscelino Kubistchek elaborou a proposta do sistema de ensino para a nova capital e depois junto com Darcy Ribeiro desenvolveu o projeto da Universidade de Brasília.

Se as ideias de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo não fossem tão complementares, seguramente de nada teria valido a apresentação proporcionada por Lobato. O que a história nos proporcionou foi o encontro de duas figuras ímpares na nossa história que oportunizaram construir um processo de reflexão que continua válido nos dias atuais. Passados 80 anos do lançamento do Manifesto dos Pioneiros ainda tentamos encontrar explicações de porque nesse período não conseguiu-se atualizar entre nós o entendimento que nos permita relançar um novo manifesto, deixando-se de lado os interesses individualizados dos vários segmentos que atuam no campo educacional.

Referências

- AZEVEDO, Fernando. Anísio Teixeira ou a inteligência. In: SILVEIRA, Ênio (Ed.) *Anísio Teixeira: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. p.60-92.
- AZEVEDO, Fernando de. *Carta a Anísio Teixeira*, S. Paulo, 14 mar. 1932. Localização do documento: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - Arquivo Anísio Teixeira - ATc 31.12.27.
- KILPATRICK, W. H. *Educação para uma civilização em mudança*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- LOBATO, Monteiro. Carta a Fernando de Azevedo. In: *Anísio Teixeira: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960
- TEIXEIRA, Anísio. O manifesto dos pioneiros da educação nova. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.65, n.150, maio/ago. 1984. p.407-425.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.